

resenhas

AUTONOMIA NA DEPENDÊNCIA E AS RELAÇÕES EXTERIORES BRASILEIRAS

Alana Carvalho Miranda

Graduanda em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Recebimento: 02/08/2018

Aprovação: 04/09/2018

Como citar este artigo:

MIRANDA, Alana Carvalho. Autonomia na dependência e as relações exteriores brasileiras. In: **Revice** – Revista de Ciências do Estado, Belo Horizonte, v.3, n.2, p. 67-77, jun./dez.2018. ISSN 2525-8036. Disponível em: <<https://seer.ufmg.br/index.php/revise/index>>

MOURA, Gerson. **Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. 194p.

Autonomia na Dependência é um livro, dentre muitos, que trata das questões relacionadas a política externa e as tomadas de decisões que ocorreram durante a década de 1930 no Governo de Getúlio Vargas. Este momento histórico se encontra em um contexto no qual as relações exteriores, os atores envolvidos e as próprias funções do Ministério das Relações Internacionais assumiam, segundo algumas perspectivas, uma postura um pouco mais fechada, com poucos atores políticos. Trabalhos atuais ressaltam que essa postura apresenta uma visão diferente do comportamento recente do Ministério e das tomadas de decisões relacionadas as relações exteriores, que se mostram mais democráticos e diversificados¹¹. Esse livro e os diversos estudos existentes sobre esse momento histórico, como estudos sobre os sessenta anos de política externa

¹¹ DE FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. O Itamaraty e a política externa brasileira: do insulamento à busca de coordenação dos atores governamentais e de cooperação com os agentes societários. Contexto int. vol. 34, n. 1, 2012, pp. 311-355.

brasileira¹² e os trabalhos de autores como Stanley Hilton¹³, Ricardo Seitenfus¹⁴, Roberto Gambini¹⁵ dentre muitos outros, são de grande importância, pois, tratam de um momento de mudanças econômicas, políticas e de uma busca por destaque e protagonismo para o Brasil, buscando mais visibilidade internacional. Mesmo sendo um momento que se mostra conflituoso e incerto, existe uma busca por uma estabilidade e certa autonomia frente as grandes potências mundiais da época.

Moura foi um historiador e pesquisador importante da Fundação Getúlio Vargas e um dos pioneiros nos estudos do tema de história da política externa brasileira das décadas de 30 a 50 do século XX. O autor trata, na obra resenhada, dos embates internos relacionados as tomadas de decisões na política externa, bem como dos tratados, missões, correntes e utilização de um certo poder de barganha que o Brasil obteve durante a década de 1930, já que as duas grandes potências do mundo, Estados Unidos e Alemanha, buscavam exercer algum nível de dominação e controle dos países latino americanos, em especial em relação ao Brasil, que se mostrava uma peça estratégica política, militar e ideologicamente importante. Busca assim, como coloca Aspásia Camargo na apresentação do livro, uma abordagem mais interpretativa do que focada em solucionar os problemas abordados – como o embate interno entre os favoráveis ao industrialismo e os defensores da economia agrícola, bem como os diversos desequilíbrios na esfera de poder. Mostra que seu objetivo é sanar os impasses no estudo do tema e as falhas e lacunas dentro das perspectivas brasilianista e imperialista da política externa brasileira. Analisando a estrutura e a conjuntura do momento e identificando as especificidades existentes usa de fonte documental vasta, como a utilização do arquivo Oswaldo Aranha e do arquivo Getúlio Vargas do CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil). Dessa forma, trabalha durante todo o livro o conceito de “equidistância pragmática” dentro do contexto da política externa brasileira, que reflete uma tentativa de equilíbrio entre as relações com os Estados Unidos e com a Alemanha. De maneira geral, baseia sua análise no que fundamentou essa equidistância, no que a possibilitou, na dificuldade em mantê-la e em seu rompimento ao longo dos anos 1930 e início dos anos da década de 1940.

¹² ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org.). Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990). São Paulo: Annablume/NUPRI/USO, 2000.

¹³ HILTON, Stanley E. O Brasil e a crise internacional: 1930-1945 (Cinco Estudos). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. 203p

¹⁴ SEITENFUS, R. A. S. O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos (1930-1942). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985, 488p.

¹⁵ GAMBINI, Roberto. O duplo jogo de Getúlio Vargas: influência americana e alemã no Estado Novo. São Paulo: Ed. Símbolo, 1977. 175 p

No primeiro capítulo, Moura propõe uma reflexão e conceituação acerca das relações internacionais e dos estudos e correntes existentes dentro do tema. Assim, apontará visões de ordem econômica e de ordem política dentro dos estudos de política externa, fazendo sempre uma análise crítica. Dentro do aspecto econômico, trabalha a questão crescente da integração e interdependência, que tem como princípio regulador de relações transnacionais a liberdade econômica, gerando novas formas de acumulação de capital e de dependência entre países. Dentro desse aspecto, ressalta que essa visão não inclui as economias de maneira isolada e supostamente que esse modelo traria benefícios generalizados a partir de um sistema econômico internacional como força política desvinculada dos Estados Nacionais e da ideia de soberania. Ao trazer a visão de diversos autores dessa linha, Moura busca sempre trazer questionamentos e debilidades acerca dessa suposta harmonia, liberdade e interdependência, ressaltando que “(...) ‘liberdade econômica’ não pode ser tomada como um princípio regulador das relações econômicas internacionais em geral (...)” e que esse arranjo só acentuaria a dependência de países emergentes (MOURA, 1980, p.25). Aborda em seguida a discussão da ordem política com um enfoque no contraponto entre os realistas e os idealistas, no qual os primeiros defendem as relações internacionais como pautadas no conflito e os idealistas defendem de maneira central, relações pautadas na cooperação. Além disso, traz o ponto metodológico relacionado aos behavioristas, que buscam substituir os métodos tradicionalistas, sendo influenciados pela psicologia e focando no estudo do comportamento após a Segunda Guerra Mundial.

Nesse contexto introdutório, o autor busca também delimitar os modelos de tomada de decisão dentro da política externa, que seriam três: o primeiro modelo enxergaria a nação como um ator unitário, com interesses planos e decisões; o segundo é pautado na ideia de que as “ações de um governo são, na realidade, efetuadas por organizações semiautônomas no interior do governo (...)” (MOURA, 1980, p.29), o que depende de um equilíbrio entre essas organizações de maneira interna; o último, denominado comumente de política burocrática, concebe o governo como um local de competição entre os indivíduos que fazem parte dessa estrutura. Importante ressaltar que os modelos não se excluem, podendo ser utilizados de maneira combinada. Moura foca nesse terceiro modelo, pois afirma que é o mais utilizado na prática e destaca que o grande problema dessa política é “(...) a compartimentalização que opera ao desvincular, no plano teórico, os cursos alternativos de ação das determinações estruturais.” (MOURA, 1980, p.31), junto a isso, traz uma breve análise das visões de grandes brasilianistas como Donald W. Giffin, Stanley E. Hilton e Roger W. Fontaine.

Assim, tem início o debate relacionado ao imperialismo e a relação da política externa com o sistema de poder e com a socialização política. A partir das ideias apresentadas de maneira

crítica, confirma pensar as relações exteriores “(...) como o resultado da conjugação das *conjunturas* políticas mais imediatas, tanto internas como externas, dentro dos condicionamentos *estruturais* mais amplos (...)” (MOURA, 1980, p.37), aponta que uma economia dependente tem a emergência do imperialismo como responsável por certas determinações estruturais e pela falta de igualdade no que tange as relações internacionais. Com a estruturação de centros hegemônicos a partir desse processo, surge o sistema de poder, formado por uma grande potência dominante e Estados que formam sua área de influência, com uma certa estabilidade, sendo possível a existência de vários sistemas de poder no mundo de maneira simultânea. Esse sistema leva em conta conjunturas externas e internas e certas determinações estruturais, estabelecendo o campo de ação e as relações fundamentais, também considera as determinações conjunturais, que percebem as conjunturas existentes tanto no centro quando nos países dependentes. Assim, o livro propõe examinar a ação estatal e os conflitos de interesses do Estado brasileiro na década de 1930, significando os rumos da política externa durante esse período.

O livro discorre no segundo capítulo sobre todo o contexto e conjunturas existentes entre 1935 a 1942, traçando inicialmente, um panorama sobre os sistemas de poder que estavam emergindo. Nesse ponto, Moura disserta a respeito da crise existente desde a Primeira Guerra Mundial até a Segunda Grande Guerra na sociedade liberal, que perpassa as esferas econômica e social; política e ideológica. Acontece assim, uma espécie de desarticulação dentro do sistema capitalista, no qual os derrotados da Primeira Guerra Mundial “(...) impulsionavam uma política de conquista de mercados e fontes de matérias-primas, de modo pacífico ou violento” (MOURA, 1980, p.52).

Assim, com a alteração na esfera de poder internacional, abandona-se a ideia de “equilíbrio de poder”, com a desintegração de alguns sistemas antigos e a implantação de novos modelos, como exemplo os EUA, a Alemanha e a URSS. A última não se torna uma ameaça aos olhos europeus, devido ao seu foco na construção do socialismo. Já os norte-americanos, iniciavam suas estratégias para atuarem como uma grande potência, sendo necessária uma aproximação chave com a América Latina – que era uma grande fonte de matéria-prima e exportação –, além de proporem a recuperação de todo o mercado internacional baseada em um livre-comércio. A Alemanha também buscava agir como uma potência emergente, conquistando mais espaço econômico.

A América Latina por ser uma área estratégica na década de 1930, enfrentava conflitos de ordem ideológica e política, já que o socialismo, o fascismo e o liberalismo buscavam se destacar de alguma forma enquanto o nacionalismo econômico e o autoritarismo antiparlamentar eram

crecentes na região. O Brasil – que se encontrava em um processo de diminuição da influência britânica em seu território nesse período, abrindo espaço para que os Estados Unidos tentassem exercer uma maior dominação – passa a ser o foco do governo nazista, que tentava exercer maior influência e procurava um maior abastecimento de matéria-prima não só no território brasileiro, mas também nos demais mercados consumidores latino-americanos. Sendo assim, tanto a busca por mercados quanto a necessidade de afirmação ideológica – pan-americanismo dos EUA contra influência nazista alemã -, foram responsáveis por uma disputa entre esses dois sistemas de poder durante a década de 1930.

Ao examinar a conjuntura política dos Estados Unidos, Moura realça a ascensão da política da boa vizinhança no governo Roosevelt, sem deixar de explorar os confrontos ideológicos entre o assessor do presidente, - George Peek -, e o secretário de Estado, Cordell Hull. George Peek defendia uma abordagem nacionalista com medidas protecionistas, contra a visão mais internacionalista de Cordell Hull, pautada em um livre-comércio. Entretanto, mesmo com certas desavenças entre as lideranças políticas dos Estados Unidos à época, é necessário destacar a importância do pan-americanismo, já que ele “(...) responde, portanto, não apenas as necessidades econômicas, como aos objetivos estratégicos dos Estados Unidos” (MOURA, 1980, p.59).

Já o Brasil vivia diversas contradições relacionadas ao reformismo e ao conservadorismo da Revolução de 30, com uma estrutura social que apresentava novos atores, mas mantendo a presença dos antigos, além de um conflito entre a visão e defesa de uma economia agroexportadora ou pautada em questões urbano industriais. Em relação a política externa brasileira, o livro defende a hipótese “(...) de que as decisões da política externa brasileira nesse período respondem mais diretamente a dinâmica da *conjuntura* política brasileira.” (MOURA, 1980, p.62). Ou seja, existia uma indefinição política, ou a chamada “equidistância pragmática” que, para Moura, era a realização de aproximações similares nas relações do Brasil com os dois sistemas de poder, buscando equilibrar a influência exercida por ambos e fazendo com que o poder de negociação brasileiro aumentasse. Nesse ponto da dependência e da construção de alianças entre países, são destacadas pelo autor visões sobre esse aspecto, uma a partir das ideias de Gambini – que defende que o que geralmente se passa na economia brasileira é uma espécie de consequência de tomada de decisões e ações de economias dominantes – e outra a partir de Marcelo de Abreu, que analisa o tema a partir de uma perspectiva de debilidade política no Brasil frente a grande economia estadunidense, tratando do âmbito político que não é abordado por Gambini.

No terceiro capítulo, o foco é desenvolver o quadro das decisões e conflitos existentes no comércio exterior brasileiro no intervalo entre 1935 e 1937. O fato de o Brasil ser uma economia

agroexportadora tentando se tornar urbano-industrial fez com que diversos conflitos envolvendo uma visão de projeto nacional para as relações exteriores acontecessem, pois, ao passo que muitos defendiam um protecionismo maior com a “(...) adoção de um comércio bilateral e acordos de troca que salvaguardassem as possibilidades da incipiente indústria nacional(...)” (MOURA, 1980, p.71) – defendendo mais o comércio protegido com a Alemanha –, outros defendiam a permanência e compromisso com as relações já existentes com os Estados Unidos, fortalecendo o livre-comércio. Importante salientar que o comércio livre para os EUA era possível devido à peculiar construção industrial e financeira do país, enquanto para a Alemanha o comércio protegido era a única solução para uma economia que tinha sido duramente afetada após a Primeira Guerra Mundial, já que os meios de pagamentos estavam debilitados.

A partir desse cenário econômico, tem destaque o tratado comercial entre Brasil e Estados Unidos em 1935 e o ajuste de compensação entre Brasil e Alemanha em 1936, possibilitando a existência de um equilíbrio nessas relações. No que tange o acordo Brasil-EUA, a iniciativa partiu de Washington, que buscava “(...) um acordo comercial que levasse a uma redução de tarifas sobre produtos norte-americanos no Brasil (...)” (MOURA, 1980, p.75). Diversos obstáculos internos se mostravam presentes tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos para que o acordo fosse firmado, em especial devido à crise cambial brasileira em 1935. Tal crise resultou em uma missão diplomática do Ministro da Fazenda à Inglaterra e aos EUA para resolver o problema dos atrasados comerciais. Oswaldo Aranha, ex-ministro, era uma figura importante para as conversações entre os dois países e considerava essa missão um erro, pois mostrava fraqueza e desorientação política.

O tratado tramitava, de acordo com a Carta de 1934, pelo Legislativo e pelo Executivo antes de ser adotado, devido a “política de compromisso” da época. Inicialmente, a decisão acontecia majoritariamente pelo executivo, consagrando pontos como o de nação mais favorecida no comércio exterior brasileiro e manutenção e redução de tarifas, além disso, a missão *Sousa Costa* consegue alguns recursos e congelamentos a favor do Brasil. Nos Estados Unidos existiam diversos conflitos entre as indústrias e grupos de interesses a respeito da viabilidade do acordo, e já do lado brasileiro, acontece uma redução dos atores envolvidos no processo de decisão, fazendo com que certas assimetrias dentro do processo se tornassem futuramente questões de âmbito político sobre as diretrizes governamentais.

Em um segundo momento, entre a implementação do tratado e a aprovação legislativa, percebe-se uma maior pressão para participação no processo por parte dos grupos de interesse, com debates até na imprensa brasileira. Nesse momento, após uma coação norte-americana, Vargas

convida o líder da maioria da Câmara, o que faz com que o perigo de rejeição ao tratado diminuísse rapidamente, assim, o “(...) tratado foi aprovado afinal, após a intervenção enérgica do *poder executivo brasileiro*, em resposta a intervenção igualmente enérgica do *governo norte-americano*.” (MOURA, 1980, p.88) Os opositores argumentavam que para que esse projeto de industrialização pudesse acontecer, deveria existir uma participação maior do Estado, mais protetora, fazendo com que um acordo desse tipo contrariasse os interesses nacionais e privilegiasse o liberalismo, já os defensores entendiam que certas relações não poderiam ser abandonadas em nome da industrialização, que a mesma aconteceria sem intervenção exacerbada do Estado. Porém o tratado criou condições fora do controle de ambos governos e acabou não sendo desastroso para o Brasil, acontecendo inclusive um aumento no comércio compensado com a Alemanha.

Relacionado ao comércio compensado com a Alemanha, em 1936, acontece um ajuste, incluindo mais produtos no acordo. O governo americano observou de perto as negociações e, o governo brasileiro foi cauteloso em garantir que os interesses comerciais norte-americanos estariam protegidos, impondo restrições ao comércio compensado. Em 1937, o subsecretário de Estado dos EUA, Welles, visita o Brasil para discutir o ajuste comercial, colocando a concorrência alemã como desleal, mas, como destaca Moura, foi uma conversa com “(...) ausência de qualquer pressão ou ameaça de represália sobre o comércio exterior brasileiro.” (MOURA, 1980, p.93). Com os norte-americanos insistindo nos prejuízos relacionados ao ajuste, o governo brasileiro envia Sousa Costa para tratar com os EUA a respeito do comércio entre Brasil e Alemanha, além de pontos relativos a um possível Banco Central e ao pagamento da dívida externa. Durante as conversações, o ministro se mantém firme na defesa do comércio compensado e promete uma maior fiscalização do mesmo, além de obter sucesso no estabelecimento de um plano para pagamento das dívidas e em um investimento para a construção do Banco, fazendo com que fosse uma missão marcada pela cooperação norte-americana devido à importância estratégica do Brasil para os Estados Unidos no momento.

Moura finaliza sua análise de maneira assertiva e em contraponto com a visão de John D. Wirth – que avalia a política comercial brasileira da época como frustrada e difusa, incapaz de promover o desenvolvimento do Brasil, submetida a pressões e com falta de planejamento. Moura afirma que o Brasil foi capaz de explorar as “(..) possibilidades então existentes, dentro de limitações concretas” (MOURA, 1980, p. 97) em decorrência dos diversos atores no processo decisório. Por fim destaca a importância da equidistância pragmática dentro desse processo de negociação.

No capítulo quatro, o foco é uma análise dos anos de 1938 e 1939 e da dificuldade de se manter o equilíbrio nas relações durante o Estado Novo. Um exemplo é o momento que Vargas,

em 1938, buscando a equidistância, nomeia Oswaldo Aranha para ministro das relações Exteriores, afim de colocar uma força pró-EUA em um governo com militares em diversos postos, estes que eram simpatizantes do governo alemão. O capítulo discorre também sobre a polarização existente, sobre a política econômica voltada para setores tradicionais e sobre grandes problemas, como a questão do reequipamento das Forças Armadas do Brasil – que seria um ponto chave para as potências obterem apoio Vargasista – e da necessidade de construção de uma siderurgia para expansão econômica. Expõe problemas políticos do Brasil com a Alemanha – pautados em queixas políticas tanto do Brasil quanto dos alemães em relação a políticas de imigração, partidos políticos e questões diplomáticas – mesmo as relações econômicas estando normais. Já no lado americano, Roosevelt buscava se preparar para um possível conflito armado em larga escala, precisando cada vez mais de um controle ideológico e se preocupando com o aumento da influência alemã e dos ideais nacionalistas, o que faz com que o governo norte-americano convide o ministro Oswaldo Aranha para conversar a respeito das relações Brasil-EUA.

Assim, o autor inicia uma análise acerca da chamada *Missão Aranha*, que debateu métodos de cooperação, recursos, relações cambiais e comerciais, navegação, refugiados, dívida brasileira, situação cambial, desenvolvimento e a construção de um Banco Central brasileiro, dentre muitas outras pautas. Moura analisa que existiam diversas formas de prestar a necessária “assistência econômica” ao Brasil nesse momento e foca em duas abordagens: a “primário-exportadora” e a “industrialização limitada” (MOURA, 1980, p.116). A primeira baseava a recuperação brasileira na implementação de um livre-comércio no qual os Estados Unidos realizariam empréstimos, formulariam um plano de quitação de dívidas e auxiliariam na construção do Banco Central, com certas condições ao governo brasileiro. Tudo isso em função de uma produção de bens primários para manter relações econômicas tradicionais entre os países. A segunda visão “(...) chegava a sugerir que os atrasados fossem simplesmente reinvestidos no país. Além disso, não exigia a retomada do pagamento das dívidas e imaginava formas de aliviar o problema (...)” (MOURA, 1980, p.119), estabelecia um plano industrial, amortização de empréstimos, implementação de *survey* geológico, ou seja, era uma solução industrializadora “(...) estritamente subordinada aos interesses dos Estados Unidos (...)” (MOURA, 1980, p.120).

O livro analisa de forma coerente que ambas visões tinham meios e fins diferentes para realizar um mesmo plano estratégico de influência. Entretanto, o Brasil fixou os pontos para discussão durante a missão, que estavam relacionados à questão cambial, à negociação de dívidas, à necessidade de reequipamento e cooperação militar, à criação do Banco Central – que era de grande interesse estadunidense – e à cooperação econômica – que previa empréstimos, ampliação

de crédito e facilidade de investimentos –, mostrando as reais necessidades brasileiras. Com isso também demonstrou desconfiança em relação a proposta americana, que aplicava nas relações com o Brasil uma política econômica liberal que já havia sido abolida no plano interno dos Estados Unidos. Mesmo com certos contrapontos, o Ministro Aranha se mostrava simpático a primeira visão, o que foi importante para as negociações pois demonstrava ser uma figura antifascista dentro do governo. O acordo final se mostrou muito inferior as expectativas de Vargas e de Oswaldo Aranha, mas foram concedidos crédito, financiamentos e facilidades na formação de companhias para indústria. No âmbito militar foram reforçados alguns acordos já existentes, com a visita do chefe de Estado Maior do exército estadunidense ao Brasil. Contudo, foram feitas diversas críticas em âmbito interno em relação a missão, incluindo a oposição do Ministro da Fazenda e do Exército brasileiro.

Em decorrência da ameaça que a Alemanha representava, Roosevelt tinha uma preocupação urgente de trazer os EUA para um campo mais competitivo em relação à Alemanha, uma forma que encontrou de fazer isso foi incentivando a criação do Banco Central que permitiria uma maior proximidade da moeda brasileira com dólar. Para aumentar essa competitividade buscou um afastamento dos militares brasileiros em relação à influência alemã, alegando que o perigo inimigo – os alemães e sua ideologia – cobria toda a América. Aranha durante todo o momento destacou a contradição da política da Boa Vizinhança com o New Deal, já que os norte-americanos estavam buscando relações assimétricas, lutando contra ideais autônomos e nacionalistas no plano internacional. Para Moura, “(...)a missão Aranha representou *o primeiro ponto de inflexão no sentido da quebra da equidistância pragmática* até então sustentada pelo governo brasileiro”, (MOURA, 1980, p.132) aproximando o Brasil dos ideais pan-americanos e dos interesses norte-americanos.

No capítulo final o autor analisa a ofensiva ideológica e política norte-americana, bem como o rompimento da equidistância realizada até então pelo Brasil. Tem-se como ponto inicial, a conceituação e análise do pan-americanismo – pautado principalmente pela solidariedade e cooperação hemisférica – utilizado como um instrumento de penetração política e ideológica dos norte-americanos nos países latino-americanos, disseminando esse ideal em nome de uma luta contra o inimigo do hemisfério e considerando os governos autoritários da América como diferentes dos governos autoritários europeus da época, muitas vezes, definindo esses governos latinos como democráticos e republicanos. Toda a perpetuação desses ideais foi feita por meio de conferências e não de maneira espontânea, além disso, órgãos governamentais – responsáveis por essa disseminação e influência – foram criados, como o OCIAA (Office of the Coordinator of Inter-American Affairs), conhecido como Birô. O OCIAA foi responsável pela penetração cultural

americana na América Latina, abordado com detalhes em outro livro de Moura, que ilustra a entrada do Tio Sam na cultura, na saúde, na educação, na imprensa, no cinema, no rádio, na música, na ciência e em muitos outros aspectos no Brasil¹⁶, transformando os interesses nacionais dos EUA em interesses hemisféricos.

Mesmo com o início da Segunda Guerra Mundial e com problemas na chegada ao Brasil de navios alemães devido ao bloqueio naval inglês, Vargas ainda mostra ter certo poder de barganha e usa da necessidade dos EUA de instalação de bases militares no nordeste para iniciar um discurso e negociações para a construção da siderurgia brasileira, sob o argumento de que “O Brasil era pan-americanista em princípio, mas havia problemas de solução urgente”, conseguindo que Roosevelt concedesse o empréstimo para a obra siderúrgica e realizando o tão esperado reequipamento militar do Brasil. O governo norte-americano cumpre com os compromissos firmados com Vargas, fazendo com que a equidistância pragmática chegue ao fim e que o Brasil integre sua luta contra o Eixo oficialmente em 1940.

A obra *Autonomia na Dependência* trabalha de maneira crítica e admirável a busca pelo equilíbrio nas relações exteriores brasileiras, bem como a aproximação entre Brasil e EUA em contraponto com as relações com os alemães, a fim de demonstrar a capacidade do Brasil de conseguir vantagens em um contexto de conflito entre dois sistemas de poder. Demonstra como uma economia dependente foi capaz de conseguir extrair diversos benefícios e relativas autonomias a partir de missões e tratados comerciais, políticos e econômicos com as duas grandes potências da época, revelando que a dominação cultural, ideológica, econômica e política dos Estados Unidos no Brasil passou por empecilhos e que o governo americano precisou admitir concessões diversas vezes para concretizar seu plano estratégico.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org.). **Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)**. São Paulo: Annablume/NUPRI/USO, 2000.

DE FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. **O Itamaraty e a política externa brasileira: do insulamento à busca de coordenação dos atores governamentais e de cooperação com os agentes societários**. Contexto int. vol. 34, n. 1, 2012, pp. 311-355.

¹⁶ MOURA, Gerson. Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. 92p.

GAMBINI, Roberto. **O duplo jogo de Getulio Vargas: influência americana e alemã no Estado Novo**. São Paulo: Ed. Símbolo, 1977. 175 p

HILTON, Stanley E. **O Brasil e a crise internacional: 1930-1945 (Cinco Estudos)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. 203p

MOURA, Gerson. **Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. 194p.

MOURA, Gerson. **Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. 92p.

SEITENFUS, R. A. S. **O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos (1930-1942)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985, 488p.